

Relatório Anual do TCE relativo a 2020

– Glossário

Termo	Explicação
Abordagem nocional	Abordagem utilizada pela Comissão mediante a qual as contribuições da UE para projetos com multidoadores se juntam às de outros doadores, não sendo afetadas a despesas específicas.
Absorção	Medida, frequentemente expressa em percentagem, em que os fundos da UE atribuídos aos Estados-Membros foram gastos em projetos elegíveis.
Acervo	Conjunto de todo o direito da UE, incluindo legislação, decisões judiciais e outros atos jurídicos.
Ações externas	Atividades da UE para prestar assistência e desenvolver relações com países terceiros, nomeadamente através de acordos multilaterais, bem como com organizações regionais ou mundiais.
Acordo de contribuição	Acordo celebrado entre a Comissão e uma organização que executa ações no âmbito da gestão indireta e que demonstrou capacidade para gerir fundos ao mesmo nível que a Comissão.
Acordo de Cotonu	Acordo entre a UE e os seus Estados-Membros e os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico que visa promover o desenvolvimento económico, social e cultural, a paz e a segurança, bem como um ambiente político democrático e estável.
Acordo de delegação	Acordo celebrado com pessoas ou entidades, em determinados domínios de intervenção, para a execução dos fundos da UE em regime de gestão indireta.

Acordo de parceria (AP)	Acordo entre a Comissão e um Estado-Membro ou país(es) terceiro(s) no âmbito de um programa de despesas da UE que define, por exemplo, os planos estratégicos, as prioridades de investimento ou os termos das trocas comerciais ou da prestação de ajuda ao desenvolvimento.
Adicionalidade	Princípio que estipula que o financiamento da UE, em especial através dos FEEL, deve complementar as despesas nacionais, e não substituí-las.
Agência de Execução	Organismo criado e gerido pela Comissão, por um período limitado, para realizar tarefas específicas relacionadas com os programas ou projetos da UE, em nome da União e sob a sua responsabilidade.
Agência descentralizada	Organismo independente da UE criado por um período indeterminado, enquanto centro de perícia, para desempenhar tarefas que contribuem para o desenvolvimento e a execução de uma política da UE.
Ajuda direta/pagamento direto	Pagamentos de apoio, principalmente ajudas "superfície", realizados diretamente aos agricultores no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Garantia.
Amostragem estatística	Método de amostragem baseado em estatísticas utilizado nos testes de auditoria a fim de permitir resultados representativos.
Amostragem estatística representativa	Aplicação de técnicas estatísticas para criar uma amostra que reflete as características da população a partir da qual é constituída.
Amostragem por apreciação subjetiva	Procedimento através do qual, ao contrário da amostragem estatística, o auditor exerce o seu poder discricionário na seleção de elementos de uma população para realizar testes de auditoria a fim de cumprir critérios pré-determinados.

Amostragem por unidades monetárias (MUS)	Método de amostragem estatística em que a probabilidade de uma determinada operação ser selecionada é proporcional à sua dimensão.
Anualidade	Princípio orçamental segundo o qual as dotações inscritas no orçamento têm de ser cobradas e utilizadas durante o exercício ao qual o orçamento se refere.
Anulação de autorização	Anulação, pela Comissão, da totalidade ou de parte de uma autorização não utilizada.
Apoio associado	Pagamentos da UE aos agricultores pela produção de um produto específico.
Apoio dissociado [ao rendimento]	Pagamentos da UE aos agricultores, que não estão ligados à produção de um produto específico.
Apoio orçamental	Transferência direta de ajuda da UE para o tesouro público de um país parceiro mediante determinadas condições.
Apuramento da conformidade	Processo pelo qual a Comissão verifica se um Estado-Membro utilizou de forma correta os fundos agrícolas à sua disposição e se executou eficazmente os seus sistemas de gestão e de controlo.
Apuramento das contas	Processo anual pelo qual, após verificações, a Comissão aceita os montantes dos pedidos de pagamento realizados pelos organismos e parceiros de execução.
Área marinha protegida	Zona marítima designada, através de um ato legislativo ou de outra natureza, para a proteção e manutenção da biodiversidade, dos recursos naturais e dos sítios classificados como património cultural.
Assistência Macrofinanceira	Forma de ajuda financeira que a UE concede aos países parceiros que enfrentam dificuldades orçamentais ou a nível da balança de pagamentos.

Auditoria de conformidade	Auditoria que visa determinar, através da recolha de provas, se uma atividade respeita as regras e a regulamentação aplicáveis, bem como os termos de quaisquer contratos ou acordos.
Autoridade de auditoria (AA)	Entidade nacional independente responsável pela auditoria dos sistemas e das operações de um programa de despesas da UE.
Autoridade de certificação	Organismo designado por um Estado-Membro para certificar a exatidão e conformidade das declarações de despesas e dos pedidos de pagamento.
Autoridade de gestão (AG)	Entidade nacional, regional ou local (pública ou privada) designada pelo Estado-Membro para gerir um programa financiado pela UE.
Autoridade orçamental	Termo utilizado para fazer referência ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia no exercício dos seus poderes de decisão em matérias orçamentais da UE.
Autoridades do programa	Termo coletivo para designar as autoridades de gestão, de certificação e de auditoria no caso das despesas da coesão.
Autorização	Montante reservado no orçamento para financiar uma despesa específica, por exemplo um contrato ou convenção de subvenção. Uma autorização tem de ter subjacente uma dotação de autorização.
Autorizações por liquidar	Soma das autorizações concedidas mas que ainda não deram origem a pagamentos.
Auxílios estatais	Apoio direto ou indireto do Estado a uma empresa ou organização que a coloca numa situação de vantagem em relação aos seus concorrentes.
Auxílios estatais <i>de minimis</i>	Montante de auxílios estatais abaixo do qual não é necessária a aprovação da Comissão.

Avaliação de impacto	Análise dos efeitos prováveis (<i>ex ante</i>) ou reais (<i>ex post</i>) de uma iniciativa política ou de outras medidas.
Avaliação <i>ex post</i>	Avaliação independente da eficácia, eficiência, coerência, pertinência e valor acrescentado da UE quanto a um projeto ou programa concluído.
Banco ou instituição de fomento nacional	Instituição financeira criada pelo Estado para conceder financiamento ao desenvolvimento económico.
Base de dados Arachne	Instrumento específico de exploração de dados desenvolvido pela Comissão para apoiar as autoridades de gestão na administração e gestão dos FEEI.
Beneficiário	Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE.
Boa gestão financeira	Gestão de recursos em conformidade com os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.
Bom estado ambiental	Objetivo qualitativo para a saúde, a biodiversidade, a produtividade e a sustentabilidade a longo prazo dos mares e oceanos.
Capacidade corretiva	Medida utilizada pela Comissão ao estimar o nível das futuras correções.
Capítulo de negociação	Cada um dos capítulos temáticos em que o acervo da União está dividido, no âmbito das negociações de adesão com os países candidatos à adesão à UE.
Centro nacional de coordenação (CNC)	Organismo que coordena as atividades entre as autoridades de vigilância das fronteiras de um Estado-Membro e serve de plataforma para o intercâmbio de informações entre elas e com a Frontex.
Código Aduaneiro da União	Principal diploma da legislação aduaneira da UE.

Coeficiente de Gini	Medida do grau de desigualdade numa população estatística, por exemplo, até que ponto a distribuição da riqueza ou dos rendimentos de um país se desvia de uma distribuição totalmente equitativa.
Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP)	Grupo de peritos instituído pela Comissão para assistir na execução da Política Comum das Pescas.
Comité de Coordenação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento	Comité da Comissão com mandato para debater a aplicação dos regulamentos que regem os fundos estruturais e de investimento.
Compromisso agroambiental e climático	Qualquer uma de um conjunto de práticas facultativas que vai além dos requisitos ambientais habituais e que dá aos agricultores o direito a pagamentos a partir do orçamento da UE.
Condicionalidade	Mecanismo pelo qual os pagamentos aos agricultores dependem do cumprimento de requisitos em matéria de ambiente, de segurança dos alimentos, de saúde e bem-estar animal e de gestão dos solos.
Conselho Internacional para o Estudo do Mar	Organização intergovernamental das ciências marinhas, que tem como objetivo promover e partilhar conhecimentos científicos sobre o estado e a utilização sustentável dos mares e oceanos.
Consulta interserviços	Procedimento formal através do qual um serviço da Comissão solicita o parecer ou a opinião de outros serviços acerca de uma proposta.
Contabilidade de exercício	Método contabilístico que reconhece as receitas e as despesas quando são obtidas ou incorridas e não quando são recebidas ou pagas.
Contas consolidadas	Contas agregadas de todas as instituições, agências e organismos da UE, apresentadas num único documento.

Contratação pública	Aquisição de produtos, serviços ou obras por um organismo ou outra autoridade pública através de um procedimento aberto e concorrencial, tendo em vista a qualidade e a otimização dos recursos.
Controlos aduaneiros <i>a posteriori</i>	Controlos aduaneiros aplicados após as mercadorias terem sido desalfandegadas pelas autoridades aduaneiras.
Convergência	Processo pelo qual os Estados-Membros que pretendem adotar o euro envidam esforços no sentido de cumprirem critérios económicos e regulamentares específicos.
Correção financeira	Medida que protege o orçamento de despesas irregulares ou fraudulentas, retirando ou recuperando fundos de modo a compensar pagamentos indevidos a projetos e programas da UE.
Custos diretos	Despesas suportadas por um beneficiário relacionadas especificamente com um projeto ou ação da UE.
Custos indiretos	Despesas suportadas por um beneficiário que não estão relacionadas especificamente com um projeto ou ação da UE, por exemplo despesas gerais ou outros custos administrativos.
Decisão de Associação Ultramarina	Decisão que cria uma parceria entre a UE e os seus países e territórios ultramarinos (PTU) para favorecer o desenvolvimento sustentável dos PTU, bem como promover os valores e padrões da União no resto do mundo.
Declaração de fiabilidade	Declaração de um Diretor-Geral da Comissão, no seu Relatório Anual de Atividades, sobre a integralidade e a exatidão das contas, a legalidade e a regularidade das operações subjacentes, o funcionamento dos sistemas de controlo interno e o respeito dos princípios da boa gestão financeira.

Declaração de Fiabilidade (DAS)	Declaração publicada no relatório anual do Tribunal de Contas Europeu que apresenta a sua opinião de auditoria sobre a fiabilidade das contas da UE e a regularidade das operações a elas subjacentes.
Declaração sobre o programa	Justificação das dotações operacionais solicitada pela Comissão para cada programa de despesas constante do projeto de orçamento anual, com base na execução dos anos anteriores medida por meio de indicadores.
Desempenho	Grau de realização dos objetivos e de otimização dos recursos de uma ação, projeto ou programa financiado pela UE.
Desenvolvimento sustentável	Método de desenvolvimento que tem em conta os imperativos de longo prazo, como a durabilidade dos resultados, a preservação do ambiente e dos recursos naturais e a equidade social e económica.
Destinatário (final)	Pessoa singular ou coletiva que recebe uma subvenção ou empréstimo proveniente do orçamento da UE ou que em última instância beneficia de uma atividade financiada pela UE.
Devolução	Peixe não desejado eliminado no mar.
Direito ao pagamento	Direito transferível que habilita um agricultor ativo a receber apoio da UE quando declarado em conjunto com terras agrícolas elegíveis.
Documento de trabalho dos serviços da Comissão	Documento da Comissão não vinculativo, elaborado para debate a nível interno ou externo à instituição.
Domínio de incidência	Prioridade de segundo nível do desenvolvimento rural da UE.
Dotação	Montante reservado num orçamento para uma finalidade específica. O orçamento da UE é constituído por dotações de autorização e de pagamento.

Dotação de autorização	Limite máximo anual dos montantes disponíveis no orçamento da UE para financiar despesas específicas.
Dotação de pagamento	Autorização para realizar um pagamento quando estiverem reunidas as condições correspondentes.
Ecologização	Adoção de práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente, sendo o termo também utilizado normalmente para designar o regime de apoio da UE correspondente.
Economia	Disponibilização dos recursos em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço.
Efeito multiplicador	Caso em que uma determinada alteração num recurso específico, como os investimentos ou as garantias da UE, provoca uma alteração maior numa realização, como o investimento total.
Eficácia	Medida segundo a qual os objetivos visados são cumpridos através das atividades realizadas.
Eficiência	A melhor relação entre os recursos utilizados, as atividades realizadas e o cumprimento dos objetivos (Regulamento (UE) 2018/1046).
Eixo prioritário	Um dos objetivos principais de um programa operacional, dividido em uma ou mais prioridades de investimento.
Empresa comum	Organismo da UE criado com um parceiro para realizar um projeto ou uma atividade no domínio da investigação e da tecnologia.
Encerramento	Liquidação financeira de um programa ou fundo da UE, que consiste no pagamento do saldo devido ou na recuperação de fundos relativamente a um Estado-Membro ou outro país beneficiário.

Equipamento de proteção individual (EPI)	Elementos como máscara, luvas e protetor ocular concebidos para proteger o utilizador dos riscos para a sua saúde ou segurança.
Erro	Resultado de um cálculo incorreto ou de uma irregularidade resultante do incumprimento dos requisitos jurídicos e contratuais.
Erro quantificável	Classificação utilizada pelo Tribunal ao comunicar os resultados dos testes das operações quando é possível determinar o montante da operação afetado pelo erro.
Estratégia Europa 2020	Estratégia de dez anos da União Europeia, lançada em 2010, para estimular o crescimento e criar empregos.
Evicção	Efeito económico que ocorre quando o aumento das despesas públicas leva a uma diminuição do investimento privado.
Facilidade de transição	Instrumento que garante a continuidade do financiamento de um regime de financiamento da UE para outro.
Fronteira externa	Fronteira, incluindo aeroportos e portos marítimos, fluviais e em lagos, entre um Estado-Membro da UE e um país terceiro.
Função sensível	Lugar ou função que implica um grau considerável de autonomia ou de poder executivo, podendo ser indevidamente utilizado em benefício pessoal, financeiro ou de outro tipo.
Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAD)	Fundo da UE de apoio às medidas dos Estados-Membros para disponibilizar alimentos e outra assistência material às pessoas mais carenciadas da sociedade.
Fundo de Coesão (FC)	Fundo da UE que visa reduzir as disparidades económicas e sociais na União através do financiamento de investimentos nos Estados-Membros cujo rendimento nacional bruto por habitante é inferior a 90% da média da UE.

Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)	Fundo da UE que financia a contribuição da União para os programas de desenvolvimento rural.
Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)	Fundo da UE que financia pagamentos diretos aos agricultores e medidas de regulamentação ou de apoio aos mercados agrícolas.
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)	Fundo da UE que reforça a coesão económica e social na União através do financiamento de investimentos que reduzam os desequilíbrios entre as regiões.
Fundo Europeu de Investimento (FEI)	Prestador especializado de financiamento de risco às pequenas e médias empresas em toda a UE; faz parte do Grupo BEI.
Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)	Fundo da UE que ajuda os pescadores na transição para a pesca sustentável e as comunidades costeiras na diversificação das suas economias.
Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)	Mecanismo de apoio ao investimento lançado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela Comissão, como parte do Plano de Investimento para a Europa, para angariar investimento privado para projetos de importância estratégica para a UE.
Fundo fiduciário Bêkou	Fundo fiduciário da UE de apoio à estabilização e reconstrução da República Centro-Africana.
Fundo fiduciário da UE (FFUE)	Fundo administrado pela UE que agrupa fundos de várias fontes para financiar a resposta internacional a uma emergência ou a uma crise, em geral nos países em desenvolvimento.
Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África	Fundo fiduciário da UE de apoio à estabilidade na região do Sael (incluindo a bacia do lago Chade), no Corno de África e no Norte de África e que contribui para uma melhor gestão das migrações, dando resposta às suas causas profundas.

Fundo Social Europeu (FSE)	Fundo da UE para criar oportunidades de formação e emprego e melhorar a situação das pessoas em risco de pobreza.
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)	Cinco principais fundos da UE que, em conjunto, apoiam o desenvolvimento económico em toda a União: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu, o Fundo de Coesão, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e o Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas.
Garantia orçamental	Compromisso de utilização do orçamento da UE para compensar o BEI por eventuais perdas sofridas caso um beneficiário não cumpra as suas obrigações no âmbito dos FEEI, como por incumprimento em relação a um empréstimo.
Geminação	Mecanismo de reforço das capacidades em domínios especializados através do qual um organismo de um país parceiro recebe apoio prestado por um homólogo de um Estado-Membro da UE.
Gestão direta	Gestão de um fundo ou programa da UE apenas pela Comissão, ao contrário da gestão partilhada ou da gestão indireta.
Gestão indireta	Método de execução do orçamento da UE em que a Comissão confia as tarefas em causa a outras entidades, tais como países terceiros ou organizações internacionais.
Gestão partilhada	Método de execução do orçamento da UE em que, por oposição à gestão direta, a Comissão a delega nos Estados-Membros, embora continue a assumir a responsabilidade final.
Gestor orçamental	Pessoa responsável pela execução das receitas e despesas de um organismo da UE.

Grande projeto	Projeto financiado pela UE com um custo total elegível superior a 50 milhões de euros num setor como, por exemplo, os transportes, o ambiente ou a energia.
Horizonte 2020	Programa de investigação e inovação da UE para o período de 2014-2020.
Impacto	Consequências a longo prazo de um projeto ou programa concluído a nível socioeconómico, ambiental ou financeiro.
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Imposto indireto sobre o consumo aplicado à produção e distribuição de bens e à prestação de serviços e que é em última instância suportado pelo consumidor final.
Indicador de resultados	Variável mensurável que fornece informações que permitem avaliar os efeitos imediatos dos projetos apoiados sobre a população-alvo.
Indicador-chave de desempenho	Medida quantificável que mostra o desempenho em função dos objetivos principais.
Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ)	Programa da UE de apoio aos jovens que não trabalham, não estudam e não seguem qualquer formação em regiões cuja taxa de desemprego dos jovens é superior a 25%.
Iniciativa PME	Instrumento financeiro conjunto da Comissão e do Fundo Europeu de Investimento cujo objetivo é facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento.
Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVDCI)	Programa da UE no âmbito do quadro financeiro plurianual para 2021-2027 que combina vários instrumentos de ação externa num único.
Instrumento financeiro/engenharia financeira	Apoio financeiro proveniente do orçamento da UE sob a forma de investimentos em capitais próprios ou em quase-capital, empréstimos, garantias ou outros instrumentos de partilha dos riscos.

Integração	Ação de ter sistematicamente em conta prioridades específicas (por exemplo, a igualdade entre homens e mulheres, a proteção climática) na elaboração e execução de todas as políticas.
Intensidade máxima de ajuda	Montante total do apoio que pode ser concedido a um domínio de financiamento, expresso em percentagem dos custos elegíveis. Varia consoante o programa e depende de fatores como a localização geográfica.
Intermediário financeiro	Entidade que age como elo de ligação entre o gestor de fundos de um instrumento financeiro e os destinatários finais.
Interoperabilidade	Capacidade de um sistema para comunicar e trabalhar com outros sistemas, nomeadamente através do intercâmbio de dados.
Intervalo de confiança	Medida estatística da precisão dos resultados da amostragem utilizada ao estimar uma taxa de erro.
Inventário do RNB	Lista de procedimentos, estatísticas e outros elementos utilizados para calcular o RNB.
Investimento em capitais próprios	Montante investido numa empresa em troca de direitos de propriedade e de uma percentagem dos lucros.
Irregularidade	Incumprimento das regras ou obrigações contratuais da UE ou nacionais aplicáveis.
IVA recuperável	Montante de IVA que um sujeito passivo pode deduzir ao IVA devido às autoridades fiscais em virtude de já o ter pago sobre as suas próprias aquisições de bens e serviços.
Lacuna em termos de direitos aduaneiros	Diferença entre o direito de importação que seria de esperar para o conjunto da economia e o montante efetivamente cobrado.

Limiar de materialidade	Limite acima do qual se considera que as irregularidades identificadas numa população auditada ou num conjunto de demonstrações financeiras têm impacto na exatidão e fiabilidade.
Limitação do âmbito	Indicação, num relatório de auditoria, de eventuais domínios em que o auditor não conseguiu chegar a uma conclusão, estando portanto excluídos da opinião de auditoria.
Liquidação	Pagamento do saldo devido ou recuperação de fundos a um Estado-Membro a fim de encerrar um programa da UE.
Lógica de intervenção	Ligações entre, por um lado, os objetivos, os recursos previstos e as atividades de uma proposta e, por outro, os resultados e os impactos pretendidos.
Mandato de concessão de empréstimos externos do BEI	Mandato conferido pela UE ao BEI para financiar operações em países parceiros, com garantia do orçamento da UE.
Matéria coletável do IVA	Valor total das mercadorias e dos serviços sujeitos a IVA.
Mecanismo de Garantia de Empréstimos para Mestrados do Erasmus+	Iniciativa do Fundo Europeu de Investimento em nome da Comissão Europeia, que garante empréstimos para estudos de pós-graduação no estrangeiro, facilitando a obtenção de financiamento para os estudantes.
Mecanismo Interligar a Europa (MIE)	Instrumento da UE que concede apoio financeiro à criação de infraestruturas sustentáveis e interligadas nos setores da energia, dos transportes e das tecnologias da informação e da comunicação.
Medida de mercado	Intervenção pública nos mercados agrícolas para atenuar os efeitos das quedas dos preços e de dificuldades estruturais através de apoio setorial específico (por exemplo, às frutas e produtos hortícolas, ao vinho ou ao leite nas escolas).

Mobilidade para fins de aprendizagem	Realização de estudos ou formação noutro país.
Montante fixo	Um pagamento efetuado na íntegra, por oposição a prestações.
Nível de erro estimado	Estimativa estatística do nível de erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra representativa de operações.
Normas internacionais de auditoria (<i>International Standards on Auditing, ISA</i>)	Normas de auditoria financeira emitidas pela Federação Internacional de Contabilistas.
Opções de custos simplificadas (OCS)	Método para determinar o montante de uma subvenção através, por exemplo, de custos unitários normalizados, de financiamento a taxa fixa ou de montantes fixos, em lugar dos custos reais incorridos pelo beneficiário. Foi concebido para reduzir os encargos administrativos.
Operação	Movimento registado nas contas da UE, como um pagamento ou uma receita.
Orçamento-programa	Documento redigido por um país parceiro e aprovado pela Comissão Europeia que define o trabalho de cooperação ou de desenvolvimento a executar e os recursos financeiros, humanos e materiais necessários.
Ordem de cobrança	Documento que exige o pagamento de um montante devido.
Organismo de certificação	No domínio das despesas agrícolas, refere-se a uma entidade pública ou privada designada pelo Estado-Membro para certificar a fiabilidade das contas anuais de um organismo pagador acreditado e a legalidade e regularidade das operações subjacentes.

Organismo intermédio	Organização (como um organismo nacional, público ou privado, uma ONG ou uma agência descentralizada da UE) designada para administrar o financiamento da UE no regime de gestão indireta ou partilhada.
Organismo Pagador	Entidade designada por um Estado-Membro para gerir as despesas agrícolas da UE.
Ortofotografia	Fotografia aérea que corrige a elevação, a inclinação e a topografia da superfície com vista a harmonizar as medições de distâncias.
Pacote de garantia	Conjunto de documentos relativos aos FEEI que cada Estado-Membro envia anualmente à Comissão, composto pelas contas anuais, uma síntese, o relatório de controlo, uma declaração da gestão e uma opinião anual.
Pagamento intermédio	Pagamento no âmbito de um projeto ou programa da UE efetuado quando o beneficiário alcança uma etapa intermédia indicada no contrato ou na convenção de subvenção.
Pagamentos a título de pré-financiamento	Adiantamento para financiar determinadas atividades num dado período.
País candidato	País cujo pedido de adesão à UE foi formalmente reconhecido pelo Conselho Europeu.
País da coesão	Estado-Membro da UE elegível para apoio do Fundo de Coesão.
Países do programa (Erasmus+)	Estados-Membros da UE, Macedónia do Norte, Islândia, Listenstaine, Noruega, Sérvia e Turquia.
Países e Territórios Ultramarinos (PTU)	Países e territórios que não fazem parte da UE, mas que têm uma relação constitucional com três dos seus Estados-Membros (Dinamarca, França e Países Baixos).

Passivo contingente	Obrigação de pagamento potencial que pode vir a ser suportada consoante os resultados de um acontecimento futuro.
Pedido de ajuda geoespacial (PAG)	Ferramenta <i>online</i> para a apresenta�o de pedidos de ajuda "superfície" de apoio à agricultura.
Pequenas e m�dias empresas (PME)	Defini�o referente à dimensão aplicada a empresas e outras organiza�es com base no número de trabalhadores e em determinados critérios financeiros. As pequenas empresas têm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios ou um balanço total não superior a 10 milhões de euros. As m�dias empresas têm menos de 250 trabalhadores e um volume de negócios não superior a 50 milhões de euros ou um balanço total não superior a 43 milhões de euros.
Período de programa�o	Prazo durante o qual um programa de despesas da UE � planeado e executado.
Pesca sustentável	Práticas de pesca que não causam a diminui�o das unidades populacionais de peixes e que minimizam o impacto ambiental.
Pista de auditoria	Registo dos movimentos dos dados dentro de um sistema contabilístico ou administrativo que permite rastrear cada opera�o.
Política Agrícola Comum (PAC)	Política unificada da UE no domínio da agricultura, que inclui subsídios e uma gama de outras medidas concebidas para garantir a segurança alimentar, assegurar um nível de vida equitativo aos agricultores da UE, promover o desenvolvimento rural e proteger o ambiente.
Política Comum das Pescas	Quadro da UE para a gestão do peixe e das pescas, concebido para garantir a sustentabilidade das unidades populacionais de peixes e um rendimento estável para a comunidade piscatória.

Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)	Parte integrante da política externa da UE que incide na capacidade de segurança e defesa.
Pontos em aberto relativos aos RPT	Reserva expressa pela Comissão relativamente aos dados dos RPT constantes das contas de receitas de um Estado-Membro.
Potencial candidato	País ou território que tem uma clara perspectiva de aderir à UE no futuro, mas que ainda não obteve o estatuto de país candidato.
Prados permanentes	Terras agrícolas consagradas ao cultivo de erva ou outras forrageiras herbáceas por mais de cinco anos consecutivos.
Pressão da pesca	Impacto da pesca nas populações de peixes.
Procedimento contraditório	Procedimento em que a Comissão debate os resultados dos seus controlos com o organismo ou serviço verificado para garantir que esses resultados têm fundamento.
Procedimento de infração	Procedimento através do qual a Comissão inicia uma ação contra um Estado-Membro que não cumpra as suas obrigações ao abrigo da legislação da UE.
Programa	Meio pelo qual os objetivos políticos específicos da UE são realizados, geralmente através de projetos cofinanciados.
Programa de desenvolvimento rural (PDR)	Conjunto de objetivos e medidas plurianuais nacionais ou regionais, aprovado pela Comissão, para a execução da política de desenvolvimento rural da UE.
Programa global	Programa do Instrumento Europeu de Vizinhança ao abrigo do qual são afetados fundos a vários países que cumprem determinadas condições, em complemento das suas dotações financeiras de base.

Programa operacional (PO)	Quadro de base para a execução de projetos de coesão financiados pela UE durante um determinado período, refletindo as prioridades e os objetivos estabelecidos nos acordos de parceria celebrados entre a Comissão e cada Estado-Membro.
Projeto de orçamento retificativo	Proposta apresentada pela Comissão para modificar o orçamento da UE no decurso da execução.
Provisão	Termo contabilístico que designa a melhor estimativa de um provável passivo futuro de tempestividade ou quantia incertas, que é registado no balanço.
Quadro comum de acompanhamento e avaliação (QCAA)	Regras e procedimentos para avaliar o desempenho da Política Agrícola Comum.
Quadro comum de gestão dos riscos	Quadro aplicável aos controlos aduaneiros realizados pelos Estados-Membros, baseado no intercâmbio de informações e análises dos riscos entre as administrações aduaneiras.
Quadro do pessoal	Número máximo de lugares disponíveis por categoria de emprego e classe salarial num organismo ou instituição da UE.
Quadro financeiro plurianual (QFP)	Plano de despesas da UE que fixa as prioridades (com base nos objetivos das políticas) e os limites máximos, organizado em seis rubricas diferentes e geralmente para um período de sete anos. Proporciona o quadro dentro do qual são definidos os orçamentos anuais da UE, limitando as despesas de cada categoria.
Quitação	Decisão anual tomada pelo Parlamento Europeu que dá à Comissão a aprovação final pela forma como executou o orçamento.

Realização	Algo produzido ou alcançado por um projeto, por exemplo, a organização de um curso de formação ou a construção de uma estrada.
Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)	Projeto de investigação internacional realizado como uma parceria entre a UE e vários países para demonstrar a viabilidade científica e tecnológica de um reator de fusão nuclear à escala real.
Receitas afetadas	Fundos pagos ao orçamento da UE (por exemplo, multas, correções e contribuições de países terceiros para programas de investigação) que só podem ser utilizados para uma finalidade específica.
Recurso (<i>input</i>)	Meios financeiros, humanos, materiais, administrativos ou regulamentares utilizados para a execução de um projeto ou programa.
Recurso próprio baseado no Imposto sobre o Valor Acrescentado/recurso próprio baseado no IVA	Recurso próprio da UE composto por uma percentagem definida (taxa de mobilização) do IVA cobrado por cada Estado-Membro.
Recursos próprios	Fundos utilizados para financiar o orçamento da UE, a grande maioria dos quais provenientes de contribuições dos Estados-Membros.
Recursos próprios tradicionais (RPT)	Receitas da UE cobradas a partir dos direitos aduaneiros e das quotizações sobre o açúcar.
Redes transeuropeias (RTE)	Rede de infraestruturas transfronteiriças de transportes, energia ou telecomunicações, criada para apoiar e reforçar o funcionamento do mercado único da UE, facilitando a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços.
Regime de pagamento de base (RPB)	Regime da UE no domínio agrícola que realiza pagamentos aos agricultores com base na superfície elegível.

Regime de Pagamento Único por Superfície (RPUS)	Regime de pagamentos agrícolas por superfície aplicado em dez Estados-Membros a título transitório ao abrigo do qual os agricultores recebem um montante de ajuda normalizado por hectare. Todos os outros Estados-Membros aplicam o regime de pagamento de base.
Registo das exceções	Documento que regista os desvios relativamente aos controlos e procedimentos estabelecidos, incluindo os motivos e o impacto.
Regulamento Disposições Comuns	Regulamento que estabelece as regras aplicáveis aos cinco Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
Regulamento Financeiro	Regras que regem a forma como se estabelece e utiliza o orçamento da UE e os processos associados, tais como o controlo interno, a comunicação de informações, a auditoria e a quitação.
Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC)	Regulamento da UE que autoriza determinados tipos de medidas de auxílio estatal sem necessidade de notificar a Comissão.
Regulamento Omnibus	Revisão do Regulamento Financeiro realizada em 2018, que altera e simplifica as regras financeiras da UE e a gestão orçamental.
Regularidade/Legalidade e regularidade	Grau de conformidade de uma operação ou atividade em relação às regras e regulamentos aplicáveis e a quaisquer obrigações contratuais.
Reinstalação	Transferência de refugiados de um país onde se candidataram a asilo para outro país que aceitou recebê-los e, em última instância, conceder-lhes a instalação permanente.

Relatório Anual de Atividades (RAA)	Relatório elaborado por cada Direção-Geral da Comissão e cada instituição e organismo da UE, que descreve o seu desempenho em relação aos objetivos e de que forma aplicaram os seus recursos humanos e financeiros.
Relatório anual de controlo (RAC)	Documento elaborado pela autoridade de auditoria de um Estado-Membro e apresentado à Comissão no âmbito do pacote de garantia anual desse país.
Relatório anual sobre a gestão e a execução	Relatório elaborado anualmente pela Comissão sobre a gestão do orçamento da UE e os resultados obtidos, que sintetiza as informações constantes dos Relatórios Anuais de Atividades das suas Direções-Gerais e agências de execução.
Rendimento dos fatores agrícolas	Rendimento proveniente da agricultura, repartido nas suas partes constitutivas (terrenos, trabalho e capital).
Rendimento Nacional Bruto (RNB)	Indicador padronizado da riqueza de um país, com base nos rendimentos provenientes de fontes nacionais, tanto internas como no estrangeiro.
Reserva	Insuficiência assinalada por um Diretor-Geral na declaração de fiabilidade apresentada no Relatório Anual de Atividades.
Reserva de desempenho	Montante do orçamento atribuído às despesas dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento que é retido até ao cumprimento de determinadas metas.
Reserva específica transversal	Tipo transversal de reserva específica do RNB.
Reserva relativa ao IVA	Reserva emitida relativamente ao cálculo do recurso próprio baseado no IVA realizado por um Estado-Membro.
Reserva relativa ao RNB	Reserva emitida relativamente ao cálculo do recurso próprio baseado no RNB realizado por um Estado-Membro.

Resultado	Efeito imediato de um projeto ou programa após a sua conclusão, por exemplo o aumento da empregabilidade dos participantes nos cursos ou a melhoria da acessibilidade na sequência da construção de uma nova estrada.
Resultado económico	Resultado do exercício, tal como apresentado nas contas consolidadas da UE, que representa a diferença entre as receitas e as despesas.
Risco de deteção	Risco de que os testes de auditoria não permitam detetar um erro ou uma deficiência.
Risco residual cumulativo	Despesas que permanecem irregulares no final de um período de programação, depois de tomadas todas as medidas corretivas.
Síntese do desempenho dos programas (SDP)	Anexo ao Relatório Anual sobre a Gestão e a Execução que resume todas as fichas de programa, incluindo uma seleção dos indicadores dos programas.
Sistema de identificação das parcelas agrícolas (SIPA)	Base de dados das terras agrícolas dos Estados-Membros, utilizada para o pagamento das ajudas diretas no âmbito da Política Agrícola Comum e para os controlos de elegibilidade sobre os pedidos de ajuda dos agricultores.
Sistema europeu de contas nacionais e regionais	Quadro contabilístico da UE para a descrição sistemática e pormenorizada de uma economia.
Sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC)	Mecanismo da UE utilizado pelos Estados-Membros para gerirem e controlarem os pagamentos aos agricultores realizados no âmbito da Política Agrícola Comum.
Subvenção	Pagamento não reembolsável a partir do orçamento da UE realizado a um beneficiário pela execução de um projeto ou programa elegível.

Taxa de desembolso	Percentagem do total de fundos pagos a partir de um instrumento financeiro aos destinatários finais.
Taxa de erro representativa	Estimativa estatística do erro que afeta uma população, com base em testes a uma amostra representativa de operações, constituída a partir dessa população
Taxa de erro residual (TER)/taxa de risco residual (TRR)/taxa de erro residual total (TERT)	Proporção de uma população que não é considerada normal após ter em conta o efeito de todos os procedimentos de controlo, recuperações e correções.
Taxa de mobilização do IVA	Percentagem aplicada à matéria coletável do IVA de cada Estado-Membro para calcular o recurso próprio baseado no IVA.
Taxa de provisionamento	Percentagem de um passivo financeiro autorizado que deve ser refletida como uma provisão.
Total admissível de capturas	Quantidade máxima de uma população de peixes que pode ser capturada em cada ano ao abrigo da Política Comum das Pescas.
Trabalho de certificação	Procedimento utilizado quando se fornece uma garantia de auditoria sobre informações financeiras, outros dados ou declarações específicas elaborados pela entidade auditada.
Trabalho de garantia de fiabilidade	Tipo de auditoria que conduz a uma opinião sobre o tema da auditoria, por exemplo a fiabilidade de um conjunto de demonstrações financeiras ou a regularidade das operações.
Transição (de dotações)	Transferência, sob determinadas condições, de dotações orçamentais não utilizadas de um exercício para o seguinte.

UE-13	Os 13 Estados-Membros que aderiram à União Europeia desde 2004 (Bulgária, República Checa, Estónia, Croácia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia).
-------	--
